

# *Desafios do Paraná*

*Carlos Augusto C. Albuquerque\**

---

## **INTRODUÇÃO**

Não nos ocuparemos do passado, exaustivamente diagnosticado em excelentes trabalhos realizados pelo IPARDES. Nosso propósito é discutir alguns desafios que se colocam ao Paraná, para que volte a se desenvolver, para que venha a resolver sérios problemas sociais e para que tenha condições de se sair bem da competição aberta a que se propõe a economia brasileira.

Lançamos aqui apenas idéias, sujeitas a chuvas e trovoadas, colocadas como provocação e estímulo à reflexão. E vamos tratar somente de dois grandes temas: a agricultura e a industrialização, sem entrar em questões fundamentais de educação, saúde e garantia de direitos, extremamente amplas e que devem estar sendo objeto por parte de especialistas.

## **1 O DESAFIO AGRÍCOLA**

A agricultura do Paraná é uma das mais fortes do País e representa algo em torno de 20% da produção de grãos. É, também, uma das mais avançadas, com melhores índices de produtividade; nela coexistem bolsões atrasados e algumas ilhas de grande eficiência, onde se obtém índices de Primeiro Mundo. É diversificada, com produções significativas em vários produtos: soja, milho, algodão,

---

*\* Jornalista. Assessor da  
Federação da Agricultura  
do Paraná. Ex-Presidente  
do Instituto Paranaense de  
Desenvolvimento  
Econômico e Social  
(IPARDES).*

---

trigo, cana-de-açúcar, mandioca, pecuária leiteira e de corte, avicultura e suinocultura.

No Paraná, mais do que no Brasil, a agricultura tem um peso especialmente importante na formação do PIB e na manutenção de empregos. Estima-se, grosso modo, que o chamado “agribusiness” – todos os setores envolvidos, para frente e para trás, com a agropecuária – significa algo mais de 50% do PIB do Paraná. Inclui-se aí a produção agrícola propriamente dita, transporte, armazenagem, beneficiamento, transformação industrial, apoio financeiro, fornecimento de insumos etc.

Diretamente, a agricultura absorve 1.600 mil trabalhadores. Um dos destaques que diferencia o Paraná é o fato de um terço da PEA estar ligado às atividades agrícolas. No campo também se encontra o maior índice de miséria do Estado. O Mapa da Fome do IPEA, levantado em 1991, estimava em 1.128 mil o número de indigentes na área rural, praticamente metade da população rural – de 2.250 mil habitantes –, enquanto na cidade havia 755 mil pessoas, significando 12% da população urbana, em estado de extrema miséria.

Por tudo isso o desafio da agricultura é importante para o desenvolvimento do Paraná.

## 1.1 AS FRENTES DO DESAFIO

Para sistematizar as discussões, dividiu-se o desafio agrícola em frentes, a fim de explicitar melhor que tipos de problemas devemos superar. Estas frentes são: política agrícola, as novas fronteiras, Mercosul, competitividade internacional, pesquisa e extensão.

### 1.1.1 Política Agrícola

A agricultura do Paraná depende muito mais do governo federal do que de ações no âmbito do Estado. É o governo federal que fixa as regras de crédito, de comercialização, importação e exportação. É o detentor de recursos para o financiamento das safras.

Desta forma, o primeiro desafio é a sustentação da atividade agrícola, que atualmente está em crise em razão da falta de uma política definida e do elevado grau de endividamento generalizado. O Instituto de Economia Agrícola de São Paulo calcula que na última safra houve uma perda de renda da ordem de 26% em razão dos baixos preços.

É do maior interesse do Paraná que o governo federal fixe uma política de longo prazo para a agricultura, definindo regras de crédito, metas de produção, padrões de qualidade e salvaguardas que defendam o País da competição desleal de outras economias (ver adiante em “Competitividade Internacional”).

A ação do estado neste sentido sempre foi muito tímida, circunscrevendo-se aos órgãos de classe – Federação da Agricultura (FAEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR) – e a alguns deputados, quando acionados por essas organizações. O próprio governo age pouco, como se o problema da política agrícola fosse localizado e não tivesse uma repercussão nos demais setores. O desafio do estado, neste particular, é montar um “lobby” da Agricultura – na boa expressão da palavra – da qual participe o governo estadual, como grande interessado no funcionamento de todo o sistema econômico e na arrecadação tributária e todos os demais setores dependentes – os fornecedores de insumos, as indústrias transformadoras e as representações políticas do estado, principalmente do interior, onde a agricultura é vital.

O que este sistema deve pretender do governo federal:

- Preços adequados para os produtores agrícolas, a fim de manter renda no campo, não apenas para o sustento e progresso econômico e social dos produtores e suas famílias, mas para elevação dos salários pagos aos trabalhadores e a circulação de riqueza no interior, que representa 75% da população do estado.
- Sustentação desses preços, mediante políticas de crédito e de aquisições. Nos últimos anos, os preços de mercado vêm caindo, em face do aumento da produção e da falta de ações do governo. É preciso reconhecer que a agricultura está inserida num mercado imperfeito, no qual milhares de produtores produzem o mesmo produto, ao mesmo tempo, ofertando-o a uns poucos grandes compradores. Se não houver a intervenção do governo, para reequilibrar o poder de barganha, os preços despencam.
- Criação de um sistema de comercialização moderno, envolvendo compra e venda através de bolsas de mercadorias, para eliminar atravessadores. Neste particular o Brasil é muito pobre e só agora, timidamente, esboça uma política neste sentido, através da criação do Certificado do Produto Rural, que na verdade é uma venda futura ainda sem tradição e com um custo financeiro muito alto para o agricultor.

- Imposição de salvaguardas, principalmente de ordem tributária – alíquotas de importação – que evitem a competição externa, normalmente recheada de subsídios na origem. Os mecanismos de tributação compensatória previstos no acordo do GATT são extremamente complicados para produtos agrícolas, e de difícil utilização.
- Melhoria da infra-estrutura – rodovias, ferrovias, hidrovias, armazenagem, portos – para baratear os custos de transferência. Costuma-se dizer que, até a porteira, o produtor brasileiro é competitivo. Da porteira para fora, os preços de fretes, armazenagem, tributos, juros de financiamentos, embarques portuários e as perdas, nos tornam ineficientes em termos comparativos.

## 1.2 AS NOVAS FRONTEIRAS

Abstraindo os problemas que atingem toda a economia agrícola brasileira, o Paraná tem que enfrentar também o desafio das novas fronteiras agrícolas. Este ano, por exemplo, o estado deixou de ser o primeiro produtor de soja, colocação que retornou ao Rio Grande do Sul. Mas perdeu também para o Mato Grosso, agora o segundo produtor.

O Paraná vem mantendo a sua produção de grãos estacionada em 14/15 milhões de toneladas porque já ocupou todo o seu território. O crescimento da produção agrícola brasileira vem se dando principalmente em áreas recém-ocupadas dos cerrados do Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Tocantins, Piauí e Maranhão, além de áreas de alta fertilidade na Bahia.

### 1.2.1 Soja

Essas áreas têm se mostrado ideais para o plantio de soja e o serão proximamente para o milho e provavelmente também para o trigo. São chapadões que permitem a mecanização e, corrigida a acidez, dão alta produtividade. A regra é a grande propriedade cultivada por produtores gaúchos e paranaenses, com utilização de tecnologia moderna.

O grande problema dessa nova fronteira é o transporte. A sua solução – iminente – certamente resultará numa produção com melhores níveis de competitividade internacional que a paranaense.

O sistema formado pelo rio Araguaia combinado com a ferrovia de Carajás poderá escoar a produção de grãos de grande parte do Centro-Oeste e do Norte do País, pelo porto de Itaqui, no Maranhão, cujo calado permite embarcar até 450 mil toneladas num navio, contra um máximo de 78 mil toneladas em Paranaguá, a um preço bem mais barato, R\$ 53,00 a tonelagem, contra R\$ 80,00.

Algo semelhante ocorre com a região do Triângulo Mineiro e do Centro-Oeste próximo de Brasília, ligada ao porto de Tubarão, no Espírito Santo, pela Ferrovia da Vale do Rio Doce.

Isto tudo significa que o eixo da grande produção de grãos do País está se mudando para o Centro-Oeste e Norte, onde provavelmente terá preços mais competitivos na concorrência internacional, uma vez que seus custos de transporte e embarque serão menores que os verificados no Paraná e Rio Grande do Sul.

Assim, é de prever que a produção do Sul deverá declinar, mesmo que venha a ser utilizada apenas para o mercado interno. Ocorre que no caso da soja há um subproduto – o farelo – que não é totalmente absorvido pelo mercado doméstico, exigindo a sua exportação.

Para que o Paraná continue sendo competitivo em soja terá que melhorar e baratear o sistema de transporte – conclusão da Ferroeste e de ramais da Rede Ferroviária –, melhorar o porto e reduzir drasticamente suas tarifas. Deve-se levar em conta sempre que o problema do calado de Paranaguá é um fator limitante no embarque de produtos de baixa densidade econômica.

### 1.2.2 Milho

O Paraná igualmente é maior produtor de milho do País, atendendo à demanda interna – principalmente as fábricas de rações e a alimentação para aves e suínos – e parte das demandas do Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

Ocorre que esses três estados estão aumentando suas produções e provavelmente serão auto-suficientes dentro de algum tempo, por conta dos projetos avícolas em implantação ou expansão e dos ganhos de produtividade pela utilização de novas tecnologias.

É de prever, igualmente, que dentro de alguns anos também o Centro-Oeste será um produtor de peso – Goiás está aumentando sua produção significativamente, por exemplo.

Desta forma, o Paraná vai gerar excedentes de milho que não têm competitividade no mercado internacional, principalmente por concorrer com o milho dos Estados Unidos e da Argentina, de custo de produção mais barato. Este último país, beneficiado pelo Mercosul, coloca milho no Brasil mais barato que o nosso.

### 1.2.3 Algodão

Um outro produto de peso na economia e de alto alcance social é o algodão. O Paraná é o maior produtor brasileiro dessa cultura, produzida principalmente por pequenos produtores – em torno de 10 a 12 hectares – e altamente absorvedora de mão-de-obra (120 mil trabalhadores). A cultura do algodão no Paraná está ameaçada pelas importações (como se verá adiante) e pela nova fronteira. No Mato Grosso do Sul já existem grandes plantações de algodão, e a tendência é de evolução. Essas plantações, por sua extensão e falta de mão-de-obra, são mecanizadas, com custos de produção menores que as do Paraná.

Fatalmente o plantio no Paraná perderá essa concorrência, sem que se vislumbre, ainda, uma alternativa para as pequenas propriedades, e para a absorção da grande quantidade de mão-de-obra que será liberada.

### 1.2.4 Trigo

O Paraná é responsável por metade da produção de trigo brasileiro e sua cultura está em franco declínio, principalmente por razões de política econômica (ver Competitividade Internacional). Contudo, é necessário que se levante a possibilidade de, brevemente, haver competição por parte da nova fronteira agrícola, que terá de diversificar a produção de soja, alternando-a com outros produtos até por razões sanitárias. O trigo é uma alternativa que poderá se concretizar, com a adaptação de sementes para as condições da região.

Num conjunto, esses produtos representam uma área de produção do Paraná da ordem de 5.850 mil hectares, cerca de 80% de toda área agricultável do estado.

### 1.3 MERCOSUL

O Mercosul para a agricultura começou bem antes da sua vigência formal. Em 1987 o governo Sarney firmou acordo com a Argentina pelo qual este país tinha o direito de vender ao Brasil 1,7 milhão de toneladas/ano de trigo, montante que se elevou até 2 milhões de toneladas. O Brasil, por sua vez, tinha a obrigação de comprar.

Este foi o começo do fim da triticultura brasileira, que naquele ano atingia a safra recorde de 6 milhões de toneladas, a quase auto-suficiência. A partir de então a produção declinou, em face dos custos menores da Argentina, cuja área de plantio, a Pampa Úmida, é extremamente fértil e necessita de poucos insumos. Em seguida, a política de abertura do governo Collor ajudou a liquidar o resto.

Importa ter presente que o Mercosul foi montado sem nenhuma consulta ao setor agropecuário. Aliás, é um grande negócio para as indústrias brasileiras de bens de capital e bens duráveis, já que a Argentina, principal parceiro, tem apenas uma moeda para pagar as exportações brasileiras - os seus produtos agrícolas. Assim, a decisão foi sacrificar a agricultura de nosso País.

Os países do Mercosul e o Sul do Brasil não são complementares em termos de agricultura, mas sim concorrentes. Eles produzem soja, milho, trigo, algodão, cevada e lácteos. A complementaridade se dá no setor industrial.

Os efeitos dessa abertura de mercado apareceram dramaticamente apenas no trigo, porque a crise argentina mascarou alguns desequilíbrios existentes, que aparecerão na hora aprazada. Os argentinos souberam agir em defesa de seus produtores aplicando salvaguardas para dar tempo a uma reconversão, seja tecnológica, seja para outro produto.

No Paraná existe uma grande quantidade de pequenas fazendas, especialmente no Oeste e Sudoeste do estado, que estão sujeitas a serem tragadas pela competição, caso o governo não implemente rapidamente um Programa de Reconversão.

### 1.4 COMPETIÇÃO INTERNACIONAL

Os países desenvolvidos protegem suas agriculturas com subsídios diretos e indiretos, barreiras alfandegárias e política de incentivos às exportações, em que pese o grande esforço realizado pelos países do Terceiro Mundo para reduzir este protecionismo. O acordo

do GATT, apesar da promessa de redução dos subsídios, ainda é insatisfatório.

É dentro desse universo que a agricultura brasileira se encontra, desde a abertura do governo Collor, em 1990, disputando mercado e sofrendo as agruras de ter pouca ou nenhuma proteção efetiva.

Enquanto países da Europa e o Japão praticam altas alíquotas de importação e se utilizam de outros instrumentos para evitar a competição em seus territórios – por exemplo, a proibição de importação de frango do Paraná pela Europa, em razão de um pretense problema sanitário –, o Brasil escancara suas fronteiras, com alíquotas baixas ou até zeradas.

Há três casos clássicos que merecem ser discutidos: o do trigo, o do algodão e o dos lácteos.

O trigo é exemplar. Depois de o Brasil chegar à quase auto-suficiência em 1987, a política de abertura e o Mercosul fizeram com que a produção despencasse das 6,2 milhões de toneladas para patamares inferiores a 2 milhões de toneladas, conforme estimativas para 1995.

A Argentina tem condições de atender metade da nossa demanda de 8 milhões de toneladas anuais, com alíquota de importação zerada. Vamos dar como perdida a batalha do Mercosul, uma vez que a produção agrícola é a moeda dos países parceiros para adquirir nossos industrializados.

Contudo, não dá para reservar a outra metade aos produtores nacionais, porque o governo federal insiste em manter baixas as tarifas de importação – 10% – e não impõe tarifas compensatórias para produtos importados com subsídio. Para constatar a existência de subsídio, basta saber que o produtor francês recebe por seu trigo US\$ 200/tonelada. Este mesmo trigo é exportado para o resto do mundo – incluindo o Brasil – a menos de US\$ 100 a tonelada.

O governo também costuma abrir facilidades aos moinhos para a compra de trigo na entressafra. Quando chega a safra, os moinhos abastecidos podem recusar nosso produto, que invariavelmente fica nas mãos do governo ou dos próprios produtores.

É importante salientar que o trigo é a única opção de lavoura de inverno de larga escala no Paraná, que permite aproveitar o mesmo esquema de produção de soja e milho no verão: a mesma área de terra, os mesmos equipamentos e armazéns, a mesma frota de caminhões e trens.



Ao desincentivar a produção de trigo, o governo está reduzindo a renda interna, provocando desemprego, ao mesmo tempo em que ajuda a viabilizar a agricultura subsidiada da Europa, Estados Unidos e Canadá, gerando empregos e renda nesses países.

A questão do algodão é lamentável, porque se tornou um problema social grave. Como vimos anteriormente, o algodão é cultivado em pequenas propriedades e altamente absorvedor de mão-de-obra. Já estamos sentindo os efeitos de uma agricultura mecanizada nascente no Mato Grosso do Sul e a concorrência do Paraguai – se bem que declinante por problemas fitossanitários. Ao zerar a alíquota de importação, há três anos – agora em 1% –, o governo permitiu que entrassem grandes quantidades de algodão americano, de países da ex-União Soviética e da Ásia. A produção brasileira, represada, caiu, provocando grande desemprego e graves prejuízos aos produtores.

Inevitavelmente a cultura do algodão acabará sendo mecanizada e as pequenas propriedades terão de ser reconvertidas. Contudo, é possível e desejável que essa mudança ocorra numa velocidade menor, para permitir soluções de médio e longo prazo. Não se pode impedir a modernização tecnológica da produção do algodão, mas é possível sustentar ainda por mais tempo o modelo paranaense de pequena propriedade, impedindo que produtos subsidiados do exterior venham competir em vantagem em nosso país.

O problema dos lácteos é semelhante. São subsidiados na Europa e podem até entrar via Mercosul, deslocando a oferta doméstica. Felizmente os produtores de leite conseguiram impor uma alíquota de 35% para os importados, mas há sempre o risco de um retorno à política anterior.

Em contrapartida, os produtos brasileiros, ao invés de subsídios, são tributados com 13% de ICMS quando exportados, além de pagarem altas tarifas portuárias. É por esta razão que o excedente de milho brasileiro não pode ser exportado, simplesmente por não ter competitividade, embora o seu preço dentro da porteira permita essa concorrência. Isto sem contar o alto custo dos financiamentos, os impostos que gravam a produção e transporte, além da péssima situação da infra-estrutura.

## 1.5 PESQUISA E EXTENSÃO

A pesquisa e extensão rural no País encontram-se sucateadas, em face dos reduzidos volumes de recursos canalizados às institui-

ções, salários aviltantes e, em casos como no Paraná, politização dos órgãos de extensão.

Estas são tarefas que os estados podem realizar, independentemente de verbas federais. O Paraná possui duas grandes instituições: o IAPAR na pesquisa e a EMATER na extensão.

Se o Estado pretende fortalecer sua agricultura, terá forçosamente que investir em ambas. Normalmente os governantes não fazem o cálculo de custo/benefício dos investimentos em pesquisa e extensão. Basta efetuar uma simples conta para verificar a importância que elas contêm. Apenas para exemplificar, digamos que o Instituto de pesquisa obtenha uma semente de soja que possibilite um aumento de produtividade em torno de 5%. Isto representaria numa safra uma elevação na renda dos produtores de soja do Paraná da ordem de R\$ 37,3 milhões (4.500 mil toneladas de soja a R\$ 166,00/t). Suponhamos que metade desse incremento de renda seja utilizada em compras que os produtores e suas famílias devem realizar e sobre esta metade incida 17% de ICMS. Como resultante para o estado, teríamos um aumento de arrecadação de R\$ 3.170.500,00, volume mais do que suficiente para bancar a equipe que desenvolve a nova tecnologia.

Esse tipo de raciocínio poderá ser adotado com todos os produtos e, mais, ter presente que a cadeia de distribuição de renda não pára no produtor rural; ela se estende e atinge a indústria, o comércio, os serviços, os empregados desses setores e assim por diante, multiplicando a arrecadação de impostos.

Infelizmente, durante os últimos anos nossos governantes não pensaram desta forma e preferiram ver suas instituições definharem, perdendo técnicos que, afinal, são o seu grande patrimônio.

## 1.6 AS PERSPECTIVAS

As perspectivas da agricultura paranaense não se mostram favoráveis diante do painel exposto. Porém, não devemos entendê-la como um caso perdido.

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que essa agricultura deverá voltar-se mais para o abastecimento interno nacional, caso seus custos consigam manter-se no nível das outras regiões concorrentes. Além disso, deverá necessariamente se diversificar, obter maiores ganhos de produtividade e economicidade.

É importante salientar que não é possível prescindir da agricultura como base da economia do Paraná. Nem devemos querer que

isso ocorra, em face dos grandes problemas sociais que seriam gerados.

O êxodo rural deve ser reduzido, a fim de evitar que essa população de baixa qualificação profissional – ou nenhuma qualificação em termos urbanos – venha vegetar nas cidades, como ocorreu após a grande geada de 1975, e em razão da mecanização de lavouras no Norte do estado.

Paralelamente, importa ter presente que a agropecuária também dá sustentação a grande parte de nossa indústria, fornecendo matéria-prima e formando os *linkages* na complementação da cadeia produtiva. Essa agroindústria também está sofrendo um processo de mudança de área, como ocorre, por exemplo, com as esmagadoras de soja, que estão se transferindo para as regiões da nova fronteira.

Diante do contexto atual, visando dar sustentação à agricultura do Paraná, afigura-se como necessário:

- arrancar do governo federal uma política agrícola que dê estabilidade à agricultura, confiança ao produtor e permita geração de renda e emprego. Significando preços compatíveis, garantia de mercado, salvaguardas contra a competição desleal de produtos importados, novos instrumentos de comercialização;
- um programa de reconversão voltado não apenas para as pequenas propriedades, mas para a agricultura como um todo, capaz de evitar um colapso frente à nova fronteira e à abertura do mercado. Esse programa precisa contemplar atividades que têm como característica a absorção e manutenção da força de trabalho.

## 2 INDUSTRIALIZAÇÃO

Embora na introdução tenhamos dito que não nos ocuparemos do passado, é necessário frisar que grande parte das dificuldades pelas quais passa e passará a industrialização no Paraná tem sua origem em equivocadas políticas do governo do estado, que desmontou os instrumentos de fomento econômico nos últimos oito anos. Os desatinos cometidos principalmente entre 1987 e 1990 estão custando caro à economia e à sociedade paranaense, e seus reflexos ainda se farão sentir por muito tempo, apesar do grande esforço que vem sendo realizado para reverter a situação.

A industrialização é a forma correta de dar a um programa de desenvolvimento, uma vez que o setor demanda matérias-primas de origem primária e assim desenvolve a agropecuária; demanda serviços e assim incentiva comércio, o sistema financeiro e de apoio às suas atividades. Os efeitos multiplicadores de geração de empregos se fazem notar não apenas em novas atividades industriais, mas se estendem aos demais setores econômicos.

A retomada da industrialização é, portanto, um desafio pesado a enfrentar. Conseqüentemente, o estado deverá começar por um trabalho de recomposição de seus instrumentos de apoio – financeiro, tecnológico, de estudos e institucional. Reiniciar o trabalho de atrair capitais nacionais e estrangeiros, restabelecendo a confiança dos investidores no Paraná e eliminando a imagem de que o Governo tem ojeriza a empresários.

Dado o tempo que passou desde que o governo do estado abandonou a prioridade industrial, há necessidade de estudos para indicar quais as possibilidades industriais do Paraná, em que ramos deve competir e como a sua economia vai se inserir na economia mundial, já que a abertura do País é fato desejado e consumado.

Uma boa parte de nossa industrialização deverá ser baseada na agropecuária, para sustentar as atividades no campo. Contudo, não podemos cair no engodo do *small is beautiful*, da pequena agroindústria de fundo de quintal – que até pode e deve existir, mas não se transformar na meta a perseguir. É preciso escala, economicidade e, sobretudo, qualidade, se o nosso objetivo for a conquista de mercados importantes. E essa agroindústria deve buscar a eficiência do atual sistema produtivo agropecuário e a sua diversificação, a fim de ampliar o leque de oferta. Assim, não é apenas ampliar e modernizar os frigoríficos de aves e suínos, visando a sua verticalização ao máximo; procurar obter da madeira novos produtos que possam disputar mercado mundial; esgotar as possibilidades industriais do algodão, da soja, do milho. Deve-se, também, criar novas demandas por matérias-primas agrícolas, como se está fazendo com a laranja, com o bicho-da-seda, com a fruticultura etc.

Se a nossa vocação é a agroindústria, isto não significa que o Estado não deva procurar atrair outros setores, em que o Paraná já demonstrou que tem viabilidade, como é o caso da metal-mecânica e eletroeletrônica. Esse tipo de indústria é altamente necessário para um parque de respeito e tem efeitos multiplicadores fantásticos que devem ser explorados.

O atual governo do estado está realizando um grande e positivo esforço, recriando instrumentos, inventando novos, e provavelmente obterá êxito.